

A CULTURA ESTÁ EM TODA PARTE: UMA VISÃO GEOGRÁFICA

Filipe Gomes Pauloⁱ

Programa de Pós Graduação em
Geografia (PPGG - UFRJ)

Resumo

O presente texto aborda a espacialidade da cultura, procurando evidenciar a sua necessária dimensão espacial, colocando-a, assim, em uma explícita visão geográfica: a cultura está em toda parte em razão de sua natureza humana. Acreditamos que há muito a ser explorado, mas os pontos aqui discutidos permitem uma compreensão sobre a espacialidade da cultura. Significados, contexto, diversidade e política constituem a primeira parte, na qual procura-se indicar a natureza da cultura. Cultura e espacialidade, a segunda parte, encaminha para a relação entre espaço e cultura. Seguem-se os quatro pontos selecionados para evidenciar essa relação, envolvendo a difusão espacial, os itinerários simbólicos, os lugares simbólicos e as regiões culturais.

Palavras-chave: cultura, significados, natureza da cultura

Abstract

The present text addresses a spatiality of culture, seeking to highlight its spatial dimension, thus placing it in an explicit geographical view: a culture is everywhere in the reason of its human nature. We believe there is much to be explored, but the points discussed here, an understanding of a spatiality of culture. Meanings, context, diversity and politics are a first part, in which one seeks to indicate a nature of culture. Culture and spatiality, a second part, leads to the relationship between space and culture. The following four points are selected to highlight this relationship, involving spatial diffusion, symbolic itineraries, symbolic places and cultural regions.

Keywords: culture, meanings, nature of culture

ⁱ *Endereço institucional: Rua Athos da Silveira Ramos, nº 274, bloco I, sala 20, CEP: 21941-916 Cidade Universitária, Rio de Janeiro*

Cultura é um termo polissêmico, com muitos significados, aberto a debates em torno de distintas concepções sobre três aspectos, a abrangência dos fenômenos considerados, o papel da cultura na sociedade e sobre os processos de mudança, conforme discutido por Hoefle (1998). No presente texto considera-se cultura como um conceito restrito, não se atribuindo à cultura nem papel de determinação, nem

de subordinação e, por fim, não associada a leis universais de evolução ou a processos únicos, não repetitivos.

A cultura é entendida como os significados que um dado grupo social elabora e re-elabora com base em sua experiência, que inclui avaliações, contatos e descobertas. Os significados derivam das representações visando fornecer inteligibilidade aos diferentes aspectos da vida (Williams, 1997, Geertz, 1989). Nesse processo a imaginação desempenha importante papel ao transformar metaforicamente os dados captados sensorialmente (Cosgrove, 2000). Dada a natureza social dos significados, eles não são fechados, estáveis, mas, ao contrário, abertos, instáveis, polivocais, sujeitos à confrontação e re-elaboração, como, entre outros, insiste Hall (1997), ao falar do caráter construcionista das interpretações.

O caráter restrito em torno do conceito de cultura não é, em realidade, algo que limite o seu estudo. Por intermédio dos significados construídos e reconstruídos pelos diversos grupos sociais, o pesquisador pode analisar, por exemplo, os significados atribuídos a um bairro operário, a uma paisagem agrária, a um bairro ou rua, à produção literária e musical, à natureza e à religião, abrindo, portanto, um infundável campo para investigação. Nesse sentido, o estudo da cultura não se faz em torno de objetos, dos quais um deles seria a própria cultura, entendida em termos abrangentes, mas em torno de significados. O estudo da cultura, e assim da geografia cultural insere-se no âmbito das interpretações (Geertz, 1989).

A cultura, por outro lado, não é uma entidade supra-orgânica, uma variável independente, que determina o comportamento humano, conforme criticado por Duncan (2003), nem uma super-estrutura, determinada pela base econômica, conforme apontado por Williams (2003). A cultura é, segundo, Geertz (1989), um contexto, isto é, reflexo, meio e condição social ou, em outros tempos, estrutura, processo, função, forma e significados em torno desses quatro elementos. Parte integrante da sociedade, a cultura está contida e contém o seu movimento. Nesse sentido, a cultura não explica as diferenças sociais e espaciais, sendo parte integrante dessas mesmas diferenças.

Complexos processos de diferenciação produzem a diversidade cultural que, por sua vez, é submetida a um cada vez mais rápido processo de re-elaboração que, contudo, exhibe a co-presença de características universais, produzido pela globalização, e características nacionais ou regionais. Assim, deve-se falar em culturas.

Por ser parte integrante da sociedade e de seu movimento, a cultura assume forte caráter político. Williams (2003), por exemplo, refere-se à cultura da classe dominante e às culturas alternativas, residuais e emergentes, e as relações entre elas, que envolvem políticas de significados (Geertz, 1989), isto é, arenas nas quais verificam-se embates relativos à criação, comunicação e controle de significados, arenas nas quais a hegemonia cultural exerce poderoso papel.

Significados, contexto, diversidade cultural e política são elementos centrais no conceito de cultura. Consulte-se entre outros, Mitchell (2000) e Corrêa (2003), este último oferecendo um breve quadro do que foi acima exposto.

Cultura e Espacialidade

A espacialidade é concebida a partir do fato dos processos e fenômenos, tanto naturais como sociais, se inscreverem diferenciadamente em termos de distribuição espacial. Resultante de lógicas distintas, a diferenciação espacial assume aspectos quantitativos e qualitativos, gerando variações sistemáticas, numericamente diferenciadas, e ocorrências únicas, de longa ou curta duração, e originadas de processos internos de diferenciação ou da adoção desigual de inovações externamente produzidas. Não houvesse diferenciação espacial a espacialidade não se constituiria em importante noção, sujeita a intensos debates não apenas no âmbito da geografia mas também das ciências sociais afetadas pela denominada “virada espacial” (spatial turn).

Se a espacialidade pode ser primariamente definida em termos de distribuição-diferenciação espacial, isto, no entanto, encaminha novos questionamentos envolvendo, de um lado, aspectos não-materiais e, de outro, as distribuições espaciais únicas, ou percebidas como tais. Incluem-se aí a distribuição espacial de geosímbolos (Bonnemaizon, 2002) e de significados associados a um minúsculo lugar

ou a uma ampla área caracterizada por um conjunto específico de atributos. Ambos, lugar e região, qualitativamente identificados, emergem a partir de lógicas específicas, calcadas em práticas sociais que, não necessariamente incorporam elementos do mercado ou os mesclam com atributos nitidamente simbólicos.

A espacialidade inclui também os trajetos percorridos pelo homem, trajetos que não têm como lógicas aquelas da relação envolvendo distância-tempo-custo, mas lógicas estabelecidas no âmbito de valores simbólicos, impregnados de significados específicos.

A espacialidade da cultura estava claramente delineada na geografia cultural saueriana ou Escola de Berkeley, assim como é dotada de centralidade na geografia cultural que emerge a partir da segunda metade da década de 1970. Na geografia saueriana espacialidade e temporalidade são explicitamente indissociáveis. De acordo com Sauer a cultura origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém traçável no espaço, onde se localiza. Esta densa e fértil visão nos introduz, a partir dos conceitos de espaço e tempo, alguns dos conceitos fundamentais da geografia cultural, difusão espacial, periodização do espaço, paisagem, lugar e região. Os dois primeiros nos remetem a uma perspectiva diacrônica e de movimento sobre o espaço (fluxos), sugerindo a noção de itinerário. Os três últimos nos levam a uma perspectiva sincrônica e à noção de fixos espaciais. Adicionalmente, Sauer aponta para a noção de compreensão, valorizada a partir da década de 1970, quando interpretação, representação e significado passaram a ter enorme centralidade na geografia cultural. Consulte-se a respeito da geografia saueriana o texto de Wagner e Mikesell (2003) e, sobre Sauer veja-se Corrêa (2001).

O título do livro de Jackson (1989), “Maps of Meaning”, mapas de significados, sintetiza muito bem a centralidade da espacialidade na geografia cultural que emerge renovada na década de 1970: o mundo está recoberto por mapas diversos que ora se superpõem, no todo ou em parte, e freqüentemente se justapõem, revelando a diversidade cultural da ação humana.

No presente texto serão discutidos brevemente a difusão espacial e os itinerários, de um lado e, lugares e regiões culturais, de outro. Os quatro constituem exemplos de temáticas nas quais a espacialidade da cultura é evidente.

Difusão Espacial

A difusão espacial constitui um processo no qual objetos, pessoas e idéias são transferidas de um ponto original para outros. Envolve assim espaço e tempo. Trata-se de processo fundamental da ação humana e de seres vivos em geral, por meio do qual se deram as grandes migrações humanas, por exemplo, do interior da Ásia para a Europa, a agricultura espalhou-se pelo mundo, do mesmo modo que uma dada técnica, idéias religiosas e políticas, inovações eletrônicas e doenças, entre outros possíveis exemplos. Consulte-se, a respeito, Silva (1995), que discute a teoria da difusão espacial.

O alcance espacial da difusão, isto é, o seu limite, é variável, podendo sofrer a ação de barreiras naturais, econômicas, políticas e lingüísticas. A duração da difusão é também variável, assim como o ritmo com o qual ela se dá: ora a difusão se dá rapidamente, como é o caso de inovações eletrônicas, ora lentamente, envolvendo um longo período no qual a difusão pode se acelerar ou processar-se com menor velocidade.

A temática da difusão espacial adquiriu grande importância nas décadas de 1960 e 1970 quando o pragmatismo da geografia teórico-quantitativa gerou uma série de estudos relativos à difusão de inovações como shopping centers, cartões de crédito, meios de comunicação e de epidemias. A crítica a esse pragmatismo foi feita (Blaut, 1977, Santos, 1979), mas os resultados produzidos ratificaram a força e importância do processo de difusão espacial. No presente texto a difusão espacial será abordada na perspectiva saueriana da geografia cultural, na qual considera-se que a cultura origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço. Pode-se falar, na perspectiva cultural, em difusão histórico-cultural, conforme sugerido por Gade (2004). Segundo ele a adoção da idéia de difusão espacial na geografia cultural tem duas raízes, uma originária em Ratzel, passando por Hahn e chegando a Sauer, e outra, antropológica, originária em Boas e chegando a Sauer por intermédio de Kroeber,

inspirador e colega de Sauer na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Na perspectiva saueriana um excelente exemplo é o estudo de Stanislawski (2006), publicado em 1946, sobre o processo de difusão das cidades em tabuleiro de xadrez a partir da Índia, passando pela Mesopotâmia, Ásia Menor, Grécia, Roma, outras áreas europeias, até chegar ao continente americano.

O processo de difusão espacial origina-se em um foco inicial (*hearth*), que apresenta condições propícias para inovações. Essas condições foram historicamente construídas a partir de necessidades locais ou regionais, quando referentes ao passado remoto. No capitalismo os focos iniciais, em muitos casos, são os centros de pesquisa e desenvolvimento das grandes corporações que, tendo em vista a competição inter-capitalista tem nas crescentes descobertas, com tecnologias cada vez mais sofisticadas, uma estratégia de crescimento. O espraio das inovações se fez, no passado, por meio do comércio, de migrações e conquistas, envolvendo uma relação de poder. No capitalismo o espraio se faz segundo estratégias de mercado: difunde-se, assim, vestuário, bebidas, alimentos já preparados, músicas, aparelhos e instrumentos eletrônicos, sementes e maquinário. O espraio se faz por *relocação*, ou seja, o abandono de uma área e a transferência, de pessoas, via de regra, para outra área, por *contágio*, no qual a proximidade e os contatos implicam no espraio, por *saltos*, quando há barreiras que impedem o espraio por contágio e, finalmente, por *via hierárquica*, na qual a inovação espraia-se primeiramente para centros maiores e, progressivamente para centros menores.

O processo de difusão espacial, tanto no passado como no presente, implica na re-significação de diversos aspectos da vida, particularmente quando a adoção tiver sido feita massivamente. Os novos objetos, idéias e valores, recriam significados para coisas que, no passado tinham outro sentido. Algumas dessas re-significações podem ser vistas como positivas no sentido de melhoria e aperfeiçoamento da humanidade, enquanto outras geram ou ampliam traços negativos.

Em contextos sociais como o Brasil a difusão de inovações, contudo, não recobre todo o espaço, assim deixando de fora ou preservando certas áreas de inovações. Como tende a ser seletiva, mesmo nas áreas onde inovações são adotadas, veri-

fica-se uma desigual adoção por parte de uma população marcada por diferenças de idade e, sobretudo, de renda. Esta é, sem dúvida, uma importante questão para investigação. Entre os temas passíveis de serem estudados indica-se a difusão espacial da soja e de outros produtos agropecuários, tanto no presente como no passado, a difusão das denominações religiosas pentecostais, a difusão de instituições sociais e políticas como o CTG (Centro de Tradições Gaúchas), o Rotary Club e os partidos políticos, a difusão de um ritmo musical, de uma epidemia, a marcha da fronteira agrícola, de um dado produto industrial, de uma cadeia de lojas ou a difusão dos cursos de Geografia.

Itinerários Simbólicos

A cultura, enquanto produção, circulação e consumo de significados, é pública, como argumenta Geertz (1989), manifestando-se publicamente. Os membros de uma dada cultura e as representações por eles criadas mostram-se e são vistas em intenso processo de comunicação que, geograficamente, traduz-se em fixos e fluxos. Entre estes estão os itinerários simbólicos distintos dos itinerários diários entre casa-trabalho-casa, ou aqueles, menos freqüentes, ligando, por exemplo, casa-supermercado-casa.

A distinção entre itinerários simbólicos e os demais são várias. Uma delas refere-se ao fato dos primeiros não serem freqüentes, caracterizando-se por certo hiato de tempo entre um deslocamento e outro. Podem ser regulares ou não. Os itinerários simbólicos regulares verificam-se em datas previamente definidas, datas festivas, comemorando uma ação política, uma devoção religiosa ou alguma tradição local. Estes deslocamentos ocorrem em tempo de festas, tempo sagrado ou não. Os itinerários simbólicos irregulares, sem definição prévia da data, apresentam, no entanto, percursos consagrados pela prática, indicando a força de determinados itinerários. Vinculam-se, via de regra, a protestos, por exemplo, contra uma determinada nova lei ou em relação a um evento político, ou ainda em busca de melhores salários ou pelo direito a serviços públicos.

Outra distinção diz respeito à natureza não-econômica dos itinerários simbólicos, para os quais a distância tem importância secundária ou inexpressiva. É a força

atribuída à manifestação naquele itinerário, que justifica o deslocamento envolvendo, em muitos casos, longas viagens. Trata-se, portanto, de itinerários presididos por uma lógica distinta daquela derivada de uma relação imposta ou da relação custo-benefício monetariamente definido. A espacialidade da cultura é marcada por atributos simbólicos, associados às comemorações políticas, à fé e a protestos, entre outras manifestações.

Há uma forte relação entre o deslocamento de pessoas e os objetos simbólicos associados, como cartazes, estandartes, bandeiras e imagens, e os locais por onde o deslocamento se verifica. Esses locais são considerados como portadores de significados que valorizam o deslocamento. Este, por outro lado, valoriza os locais por onde pessoas e objetos simbólicos passam, mesmo que isto se verifique em um tempo específico, não-repetitivo ao longo do ano, ou de ocorrência não previsível: a força simbólica dos locais e do deslocamento reafirma um e outro.

Cosgrove (1998) oferece um exemplo de itinerário impregnado de profundo simbolismo. Trata-se da “abertura” do Parlamento feita, a cada ano, pelo monarca britânico. Trata-se de ritual que, em parte é público, utilizando a paisagem de Londres. Segundo Cosgrove (1998, p. 115)

“O monarca, num coche, acompanhado por um cortejo da elite militar e civil, sai do Palácio de Buckingham, desce o Mall e através do Arco do Almirantado – por um portão aberto apenas para a passagem da Coroa – passa pela Trafalgar Square com seus monumentos às vitórias militares britânicas, seguindo pelo Whitehall para o Parlamento. Assim, a Coroa e o Parlamento são unidos por meio de rota cerimonial, sendo a passagem marcada por um elaborado e impressionante ritual público”.

Paradas, desfiles, procissões e marchas constituem os deslocamentos ao longo de itinerários simbólicos. Estes itinerários têm, em realidade, um duplo sentido. De um lado dão visibilidade às manifestações públicas e, de outro, demarcam determinados espaços, transformando-os temporariamente, em territórios simbólicos, criando uma identidade entre o trajeto e seu conteúdo e um dado grupo ou instituição.

Lugares e Simbolismo

Os lugares, enquanto manifestações espaciais da cultura, estão impregnados de simbolismo que os torna específicos, dotados de uma singularidade simbólica. Um tipo de cidade, uma cidade, um bairro ou uma praça podem exibir atributos simbólicos que os insere singularmente na rede urbana constituída por centros funcionalmente diferenciados, ou no conjunto da vida da cidade. O simbolismo desses lugares associa-se, em muitos casos, a uma singularidade locacional e esta é uma característica da espacialidade humana. Mas associa-se também à força de sentimentos criados em razão da afirmação do status de um grupo social ou da identidade étnica ou religiosa. O estudo de Firey (2006), publicado originalmente em 1945, sobre a força de sentimentos em relação a certos bairros da cidade de Boston é exemplar e antecede bastante a ênfase na dimensão cultural do espaço urbano.

As hierópolis ou cidades-santuário, constituem notáveis exemplos de espacialidades singulares, inteligíveis por meio de lógicas próprias, distintas daquelas presididas pelo mercado, conforme aponta Rosendahl (1996, 1999, 2003). Em razão das hierofanias ali verificadas originam-se e desenvolvem-se com base em peregrinações, realizadas sobretudo durante o tempo sagrado. Possuem alcance espacial definido pela força de atração religiosa. Quando analisadas no âmbito de uma dada rede urbana apresentam padrões locais próprios, conforme identificados por Rosendahl (2003); pequenos núcleos rurais, como Muquém (Goiás), pequenas cidades, a exemplo de Quixadá (Ceará), entre metrópoles, como Aparecida, localizada entre São Paulo e Rio de Janeiro, no interior de uma metrópole, como em Belém (Pará) e na periferia metropolitana, como se exemplifica com Porto das Caixas (Rio de Janeiro). Esta espacialidade, contudo, suscita questionamentos como o da relação entre a gênese da hierópolis no contexto do desenvolvimento da rede urbana na qual está inserida.

A espacialidade interna à hierópolis é marcada pela distinção entre espaço sagrado e espaço profano, conforme apontado por Rosendahl (1996, 1997). O primeiro caracteriza-se pela presença do local onde verificou-se a hierofania, o “ponto fixo”, e a área em torno, onde estão os meios que permitem aos crentes realizarem as

suas práticas religiosas. O espaço profano, por sua vez, localiza-se em frente e em torno do espaço sagrado. Nele localizam-se atividades vinculadas às necessidades do devoto, como restaurantes e estacionamentos, assim como, nas imediações do espaço sagrado, atividades comerciais associadas ou não às atividades religiosas.

A pequena cidade de Gernika constitui-se na principal referência espacial e política do País Basco, sobrepujando cidades maiores como Bilbao, San Sebastian, Vitória e Pamplona. Gernika é um exemplo da importância da acepção simbólica da escala, que é independente da escala econômica, assim como do sentido simbólico da localização, cuja lógica depende da força dos significados que grupos sociais atribuem a certos locais (Raento e Watson, 1999). Gernika é o foco da identidade territorial e cultural basca e sua continuidade, assim como o principal foco de resistência ao Estado espanhol. A força do nome transformou Gernika em sinônimo de País Basco.

Importante centro comercial, manufatureiro e político na Idade Média, no final do século XIX vê a perda de sua autonomia política, a exclusão do processo de industrialização e o esvaziamento demográfico de sua hinterlândia. Contudo, a sua importância como foco identitário basco permanece e é ressaltada em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, quando foi bombardeada pela aviação alemã. A pequena cidade tornou-se conhecida internacionalmente graças ao mural pintado por Pablo Picasso e exposto, no mesmo ano, no Pavilhão da Espanha Republicana na Feira Internacional de Paris (Raento e Watson, 1999).

A força simbólica do lugar, considerado como memorial de guerra, tem a sua maior densidade onde encontram-se os restos de um velho carvalho, a “Árvore de Gernika”, símbolo das tradições políticas e da autonomia da cidade, o prédio da Assembleia Basca, um monumento relativo às raízes rurais bascas e um novo carvalho, plantado em 1979, que simboliza a esperança em uma futura autonomia. A importância simbólica do velho carvalho, considerado sagrado, manifesta-se nos rituais realizados em torno dele, como o juramento feito pelos governantes antes de serem empossados (Raento e Watson, 1999).

O bairro da Boca, localizado nas proximidades do centro de Buenos Aires é um exemplo de lugar impregnado de tensões envolvendo passado e presente, a paisagem urbana e dois grupos sociais distintos, suas práticas e a memória dos moradores mais antigos (Guano, 2003).

Trata-se de área residencial deteriorada, cuja paisagem é marcada por “conventillos”, habitações do final do século XIX subdivididas em quartos de aluguel e originalmente habitadas por imigrantes, em sua maioria italianos, que se tornaram operários em uma indústria em expansão. A ascensão social de parte desses imigrantes e seus descendentes levou, de um lado, ao abandono do bairro e, de outro, à reocupação por parte de novos imigrantes, originários do interior argentino e de países limítrofes de língua espanhola. E em torno desses dois grupos que se estabelecem tensões: de um lado os descendentes de europeus que constitui uma classe média branca, religiosa, culta e ordeira; de outro, os novos imigrantes, mestiços, pobres e considerados perigosos.

Resgatar a italianidade do bairro é parte do projeto dos descendentes de italianos que permaneceram no bairro. As festas religiosas e a produção artística, pintura e música popular, o tango, são meios pelos quais tenta-se esse resgate. A invenção de uma tradição, criada na década de 1960, El Caminito, insere-se nessa tentativa de resgate bem sucedido, pois transformou-se no ponto focal do turismo no bairro. Trata-se de uma via pública ocupando o leito de um pequeno desvio ferroviário, ladeado por “conventillos” pintados com cores berrantes e habitados pelos imigrantes pobres. Na via pública artistas e vendedores de obras artísticas exibem seus produtos ou sua arte musical. El Caminito é, conforme aponta Guano (2003) a imagem italiana da Boca, uma imagem espacialmente localizada, produzida intencionalmente e incapaz de ocultar as tensões de um bairro “italiano” e mestiço, que exibe um pouco parte da história e geografia de Buenos Aires.

Região Cultural

Regiões culturais são áreas habitadas “em qualquer período determinado por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas” (Wagner e Mikesell,

2003, p. 32), identificadas com base na combinação de traços culturais materiais e não-materiais, que tendem a originar uma paisagem cultural. Apropriadas, vivenciadas e, por vezes disputadas, apresentam geo-símbolos, fixos diversos que, por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam, conforme aponta Bonnemaïson (2000). Ao serem nomeadas pelos seus habitantes, a exemplo de Campanha Gaúcha, Agreste e Pantanal, explicita-se a diferenciação entre elas. A contigüidade espacial de seus traços garante a comunicação entre seus habitantes, por meio da qual a existência e reprodução cultural é em grande parte viabilizada. A contigüidade implica em limites espaciais, sem os quais a diferenciação espacial não se efetivaria.

À contigüidade espacial e aos limites acrescenta-se, como elemento da região cultural a escala, que permite reconhecer grandes médias e pequenas regiões e ainda “ilhas culturais”, encravadas em regiões culturais maiores. Exemplifica-se com os “brejos de altitude”, encravados no semi-árido nordestino.

O processo de criação desse tipo particular de espacialidade da cultura vincula-se à difusão espacial, mais eficazmente resgatável nos países de povoamento recente como o Brasil e os Estados Unidos. A partir de um ou mais focos iniciais espalham-se traços culturais em um processo de difusão por contágio. A difusão por saltos produz, em contexto distinto em termos de natureza e grupos humanos, outras regiões culturais, distintas daquelas originalmente construídas.

A região cultural não se constitui em espaço plenamente homogêneo, marcado uniformemente pelas características de uma mesma cultura. Há variações internas decorrentes do processo de difusão espacial. Segundo Meinig (1965), a região cultural apresenta, a partir de seu foco inicial (hearth), uma *core area*, na qual uma cultura X apresenta-se em toda a sua plenitude, sem aspectos de outra cultura. Em torno dessa área ocorre o *domínio*, área em que a cultura X é dominante, mas verificam-se aspectos de outra cultura. Finalmente, em torno dessas áreas encontra-se a *franja*, área onde a cultura X defronta-se com a presença de outras culturas, cuja ocorrência é muito forte, podendo mesmo ser dominante. A cultura apresenta, assim, uma espacialidade definida quantitativamente quando se considera o âmbito

de uma dada região cultural. Essa espacialidade permite que se fale em zonas, à semelhança de anéis concêntricos, nos quais o peso da distância ao foco inicial, altera gradativamente a homogeneidade cultural.

A região cultural, como qualquer outra construção social e espacial, é historicamente contextualizada. Significa dizer que a região cultural é criada, desenvolve-se, apresenta um momento de apogeu e transforma-se, desaparecendo ou mesclando seus traços culturais com outros, vindos de fora, transformando-se, assim, em outra região cultural. A evolução de uma dada região cultural é, em realidade, complexa. Pode-se falar em regiões culturais residuais e regiões culturais emergentes, particularmente em países com áreas cuja incorporação acabou de ser feita, está ainda em curso ou irá se fazer, como é o caso do Brasil do final do século XX e início do XXI.

Subjacente aos argumentos acima apresentados está a crença que o processo de globalização não transforma igualmente, tanto em termos de natureza e intensidade, toda a superfície terrestre: a homogeneidade econômica e cultural é ineficaz para o sistema capitalista como, entre outros, aponta Browett (1984). Sobre a temática da região cultural consulte-se Corrêa (inédito).

A região cultural é, em muitos casos, objeto de disputas, envolvendo a sua fragmentação em dois ou mais territórios controlados por Estados diferentes, ou o agrupamento de duas ou mais regiões culturais em um único Estado. As diferenças culturais são, assim, objeto de tensões políticas. Os exemplos são numerosos. A região cultural curda está fragmentada entre Estados muito distintos entre si, tal como a Turquia e o Iraque. De modo semelhante a região cultural basca está dividida entre a Espanha e a França. Os exemplos de agrupamento são também numerosos. Assim, a Bélgica está constituída por flamengos e valões e a Nigéria, entre outros, por povos de cultura ioruba, ibo e haussa. As antigas Tchecoslováquia e Iugoslávia constituíam exemplos notáveis de agrupamento de regiões culturais distintas, no último caso envolvendo diferenças étnicas, lingüísticas, religiosas e de escrita.

É possível falar em região cultural inventada, legitimada e, de certo modo, aceita por todos como tal, em virtude de eficazes políticas de uniformização relativa,

a exemplo da política educacional francesa no final do século XIX, que produziu o sentido de unidade nacional em um conjunto culturalmente heterogêneo (Taillard, 2003). A esses Estados inventados Anderson (1989) os designa de “comunidades imaginadas”, uma versão espacial das tradições inventadas (Hobsbawm e Ranger, 2002).

À Guisa de Conclusão

A cultura apresenta uma espacialidade que, juntamente com a sua temporalidade, constituem elementos cruciais que, ao lado dos significados, permitem que se possa considerá-la como um objeto geográfico, mais especificamente, o campo da geografia cultural, uma particularidade da análise geográfica. Nesta particularidade a política se faz presente por intermédio de políticas de significados em torno dos itinerários, lugares simbólicos e regiões culturais, envolvendo o espaço e o tempo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. – **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo, Ática, 1989.

BLAUT, J. – **Two Views of Diffusion**. *Annals of the Association of American Geographers*, 67(3), pp. 343-349, 1977.

BONNEMAISON, J. – **Viagem em Torno do Território**. In: *Geografia Cultural: Um Século* (3), organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.

BROWETT, J. – **On the Necessity and Inevitability of Uneven Development Under Capitalism**. *International Journal of Urban and Regional Research*, 8(2), pp. 155-176, 1984.

CORRÊA, R.L. – **Carl Sauer e a Escola de Berkeley – Uma Apreciação**. In: *Matriizes da Geografia Cultural*, organizado por Z. Rosendahl e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

CORRÊA, R.L. – **A Geografia Cultural e o Urbano. In: Introdução à Geografia Cultural**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R.L. – **Região Cultural: Um Tema Fundamental**. Inédito.

COSGROVE, D. – **A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: Paisagem, Tempo e Cultura**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.

COSGROVE, D. – **Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: Geografia Cultural: Um Século (2)**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.

DUNCAN, J. – **O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana. In: Introdução à Geografia Cultural**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003 (original de 1980).

FIREY, W. – **Sentimentos e Simbolismo como Variáveis Ecológicas. In: Cultura, Espaço e o Urbano**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006 (original de 1945).

GADE, D. – **Espaço, Tempo e Cultura em Convergência: Perspectivas Americanas sobre a Difusão Histórico-Cultural**. Espaço e Cultura, 17-18, 2004, pp. 129-151.

GEERTZ, C. – **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Livro Técnico e Científico, 1989.

GUANO, E. – **The Politics and Poetics of Spatial Experience in a Buenos Aires Neighborhood. Space and Culture**, 6(4), pp. 356-376, 2003.

HALL, S. – **Representations – Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres, Sage Publications, 1997.

HOBBSAWM, E. e RANGER, T. – **A Invenção de Tradições**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

HOEFLE, S.W. – **Cultura na História do Pensamento Científico. Revista de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ)**, nº 2, pp. 6-29, 1998.

JACKSON, P. – **Maps of Meaning**. Londres, Routledge, 1989.

MEINIG, D.W. – The Mormon Culture Region: Strategies and Patterns in the Geography of the American West, 1847-1964. **Annals of the Association of American Geographers**, 55(2), pp. 191-220, 1965.

MITCHELL, D. – **Cultural Geography: A Critical Introduction**. Oxford, Blackwell, 2000.

RAENTO, P. e WATSON, C. – Gernika, Guernica, *Guernica*? Contested Meanings of a Basque Place. **Political Geography**, 19, pp. 707-736, 2000.

ROSENDAHL, Z. – **Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

ROSENDAHL, Z. – **O Sagrado e o Espaço**. In: Explorações Geográficas, organizado por I.E. Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

ROSENDAHL, Z. – **Hierópolis: O Sagrado e o Urbano**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.

ROSENDAHL, Z. – **Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise**. In: Introdução à Geografia Cultural, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, M. – **Difusão de Inovações ou Estratégias de Vendas?** In: Economia Espacial: Críticas e Alternativas. São Paulo, HUCITEC, 1979.

SILVA, C.A.F. – Os Avatares da Teoria da Difusão Espacial: Uma Revisão Teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, 57(1), pp. 25-55, 1995.

STANISLAWSKI, D. – **Origem e Difusão das Cidades em Tabuleiro de Xadrez**. In: **Cultura, Espaço e o Urbano**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006 (original de 1946).

TAILLARD, C. – Diversidade de Definições e Diferenciação das Práticas Geográficas: Contribuição para o Debate sobre a Cultura. **Espaço e Cultura**, 14, pp. 23-32, 2003.

WAGNER, P. e MIKESELL, M. – **Os Temas da Geografia Cultural**. In: **Introdução à Geografia Cultural**, organizado por R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003 (original de 1962).

WILLIAMS, R. – **Culture is Ordinary**. *In: Culture: An Introductory Reader*, organizado por A. Gray e P. Guigan. Londres, Arnold, 1997 (original de 1958).

WILLIAMS, R. – Base e Estrutura na Teoria Cultural Marxista. **Espaço e Cultura**, 14, pp. 7-12, 2003 (original de 1973).

Recebido em 14 fev. 2018

Aceito em 9 mar. 2018.